

# *Nacionalismo nos tempos da Revolução*



## *Marcos Napolitano*

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do CNPq. Autor, entre outros livros, de *A síncope das idéias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. [napoli@usp.br](mailto:napoli@usp.br)

## Nacionalismo nos tempos da Revolução

Marcos Napolitano

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 192 p.



O sociólogo Marcelo Ridenti, professor da Unicamp, é um autor obrigatório para quem deseja conhecer ou pesquisar a história da esquerda brasileira. Sua obra, além de analisar as bases sociais e políticas da luta armada, debruçou-se sobre a produção cultural da esquerda dos anos 1960 e 1970, tornando-se referência nessa área.

Em seu último livro — *Brasilidade revolucionária* — Ridenti dá mais uma contribuição relevante para compreendermos o alcance cultural da esquerda no Brasil ao longo do século XX, reforçando a impressão de que as derrotas políticas desse campo não devem servir para avaliar a dimensão e a importância da sua presença cultural. Ridenti incorpora, como eixo temático de sua reflexão uma categoria que tradicionalmente está associada à direita nacionalista dos anos 1920 e 1930 — a idéia de “brasilidade” — para demonstrar o quanto a esquerda, sobretudo aquela ligada ao Partido Comunista Brasileiro, teve um papel central na elaboração desse conjunto de representações de Brasil.

Logo no início, Ridenti define o que entende por “brasilidade”, tomando-a pelo seu “sentido corrente”, ou seja, a busca da “propriedade distintiva do brasileiro e do Brasil”<sup>1</sup>, para além do mero patriotismo ou nacionalismo (p. 9). A partir dessa definição geral, ele procura explicar a dupla adjetivação — “brasilidade revolucionária” — como uma “vertente específica de construção da brasilidade”, como uma “aposta nas possibilidades da revolução brasileira, nacional-democrática ou socialista, que permitiria realizar as potencialidades de um povo e de uma nação” (p. 10).

Outro ponto que o livro sublinha é a mão dupla desse processo, que não pode ser visto sem mediações nem como uma mera instrumentalização da cultura. Conforme suas palavras, “artistas e intelectuais comunistas foram agentes fundamentais na formulação do que se pode denominar de brasilidade revolucionária, ao mesmo tempo que buscavam afirmar-se nos seus respectivos campos de atuação profissional” (p. 12). De acordo com o autor, “os principais dirigentes comunistas viam os intelectuais comunistas como uma sombra perigosa a seu poder dentro [...] da organização [...] A partir dos anos 1950, dirigentes e intelectuais encontrariam um modo de convivência melhor para ambas as partes: os intelectuais e artistas ganhavam autonomia quase plena para atuar em seus distintos campos, desde que não confrontassem a política mais ampla do PCB”<sup>2</sup> (p. 82). A certa altura de *Brasilidade revolucionária*, Ridenti propõe a seguinte tipologia para orientar a análise da relação entre os artistas e a militância de esquerda: 1) “artistas que deixaram de fazer arte para fazer política”; 2) “artistas que militavam em organizações de esquerda sem deixar o ofício”; 3) “militantes que se identificavam com os artistas sem o serem

<sup>1</sup> Esta é, como aponta o autor, a definição que figura em FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d, p. 225.

<sup>2</sup> Isso foi constatado por Carlos Nelson Coutinho em entrevista concedida a Marcelo Ridenti em 24 jan. 1996.

propriamente, quem sabe fazendo da sua própria existência uma obra de arte” (Marighella); e 4) “artistas identificados com a esquerda sem ser propriamente militantes” (p. 95 e 96).

No plano teórico, o conceito de “estrutura de sentimento”, recorrentemente empregado pelo autor, foi emprestado de Raymond Williams, segundo o qual, para além das crenças formais e sistemáticas, ele remete a ‘significados e valores tal como são sentidos e vividos ativamente.’ Daí frisar Ridenti que “a estrutura de sentimento não se contrapõe a pensamento, mas procura dar conta ‘do pensamento tal como sentido e do sentimento tal como pensado’”<sup>3</sup> (p. 86). Neste ponto, Ridenti não nega o conceito utilizado em seu livro anterior (*Em busca do povo brasileiro*<sup>4</sup>), qual seja, o de “romantismo revolucionário”, mas busca matizá-lo e delimitá-lo, a um só tempo, do ponto de vista histórico-sociológico, apelando também para o conceito de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson.<sup>5</sup>

### Os capítulos e seus temas

*Brasilidade revolucionária* se divide em cinco capítulos. O primeiro retoma a trajetória de Everardo Dias como síntese das contradições e origens do intelectual de esquerda que vai do tenentismo ao comunismo, consolidando sua posição no PCB, porém submetido às suas vicissitudes políticas e geopolíticas. O capítulo 2 analisa os artistas e intelectuais de esquerda na Guerra Fria. O terceiro enfoca os “anos rebeldes” (década de 1960), bem como “o declínio do sentimento revolucionário de brasilidade a partir da década de 1970, na medida em que se esgotavam as bases históricas em que se inseriu (p. 13). O quarto capítulo se volta para as canções e filmes representativos da brasilidade revolucionária dos anos 1960, tendo como referência a aporia entre temas agrários e criadores urbanos. Aí o autor revisa as teses de Jean-Claude Bernardet<sup>6</sup>, para quem a ideologia desenvolvimentista elaborada especialmente pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) pautou todas as experiências estéticas da época. Finalmente, no capítulo 6 desenvolve-se a análise da recepção da obra de Marshall Berman no Brasil — *Tudo que é sólido desmancha no ar*<sup>7</sup> — apoiado na premissa de que a visão de modernidade que se impôs na década de 1980 calcou-se no “desenvolvimento ilimitado dos indivíduos”, concebido por Ridenti como sintoma de uma nova relação entre o intelectual, a política, a nação e a indústria cultural.

Para o leitor mais crítico fica certa sensação de deslocamento dos capítulos 1 e 5, mas isso não chega a desestruturar o eixo do livro. Entretanto, o peso monográfico desses capítulos, centrados na biografia de um intelectual comunista da primeira metade do século e na recepção de uma obra ensaística sobre as bases filosóficas da esquerda em meio à modernidade, contrastam com o tom de mapeamento crítico e levantamento histórico mais abrangente dos três capítulos centrais.

Embora não explicita tal intenção, *Brasilidade revolucionária* privilegia a ação dos artistas e intelectuais ligados direta ou indiretamente ao PCB, o que o articula a um movimento sociológico e historiográfico maior, que é a redescoberta crítica da produção cultural pecebista como uma das variáveis canônicas da cultura brasileira moderna. Este tema, mesmo com a abundante produção acadêmica a respeito, ainda renderá muito debate. No seu livro Ridenti prossegue o trabalho iniciado com *Em busca do*

<sup>3</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 134.

<sup>4</sup> RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>5</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>6</sup> BERNADET, Jean-Claude. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>7</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

<sup>8</sup> BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista, 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 234.

*povo brasileiro*, no qual faz um impressionante levantamento dos artistas e intelectuais comunistas presentes na vida cultural brasileira, em várias instituições e áreas artísticas (TV, Rádio Tupi, Rádio Nacional, sem falar nos campos da arquitetura e do cinema). Ao leitor resta a sensação de que, se a batalha política da esquerda foi perdida depois do golpe civil-militar de 1964, a batalha cultural nem tanto. Assim, ao final, reitera-se a tese de que o PCB foi um “esboço de ‘construção de uma (contra) elite’” de feição nacionalista, na trilha sugerida por Gildo Brandão<sup>8</sup> (p. 75).

Tendo seu processo histórico localizado entre os anos 1920 e 1960, a militância político-cultural com base na estrutura de sentimento da “brasilidade revolucionária” não resistiria às mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira ao longo dos anos 1970 e 1980. Nestas duas décadas, modificaram-se o estatuto e o lugar do intelectual (artista) no âmbito da esquerda: o intelectual militante que falava em nome do partido, como tradutor das “leis da História”, e o intelectual engajado que ensinava o povo a fazer política e disseminava a consciência revolucionária deixaram de ter lugar (p. 162). Com isso, o tempo histórico da “brasilidade revolucionária” também se exauria, apesar dos comunistas manterem, ao menos até 1980, presença expressiva na vida cultural brasileira e no campo da resistência cultural ao regime.

O conceito de “estrutura de sentimento” como eixo explicativo da “brasilidade revolucionária” levou o autor a se afastar do modelo histórico “parabólico” que vislumbrou o nacionalismo de esquerda como uma apropriação – indevida e desmobilizante – do nacionalismo de direita, diluindo a estratégia revolucionária no populismo nacionalista. Ridenti sugere que a “brasilidade” foi também construída à esquerda (e não apenas como apropriação dos valores da direita), como produto de um projeto ora reformista, ora revolucionário, ou os dois simultaneamente. Esta me parece ser a grande contribuição do livro na revisão de um modelo de análise histórica que se afirmou nos debates intelectuais e lutas culturais dos anos 1980, por ocasião do nascimento de uma “nova esquerda” – basista e crítica dos nacionalismos como um todo – que via o nacionalismo de esquerda como uma fraqueza que teria conduzido à desmobilização da classe operária, tendo em vista que a luta de classes ficava em segundo plano em nome do nacionalismo progressista, e à derrota da esquerda em 1964.

Ridenti contra-argumenta, afirmando que a brasilidade foi mobilizadora agregadora da ação política da esquerda, ajudando a formar uma estrutura de sentimento que foi além da militância, imbricando-se no que chamamos de “cultura brasileira”, seus cânones artísticos e no próprio pensamento social.

O autor não se esquivava da análise diacrônica, bem compreendida por ele como o movimento histórico indeterminado e descontínuo, nem a entende como mera sucessão de recortes sincrônicos. Assim, o livro enseja um diálogo entre vários campos das ciências humanas, praticando uma sociologia que evita os dois vícios mais comuns da área: a sobrevalorização do modelo teórico-metodológico em detrimento do objeto ou a afirmação do objeto como simples exemplificação empírica do modelo escolhido. Há tensão histórica no tempo social analisado por Ridenti, e o primado do objeto não se submete às categorias teóricas escolhidas, ao mesmo tempo em que o uso comedido destas não permite que a mera narrativa empírica se imponha.

Trata-se, enfim, de uma obra de síntese muito instigante cuja leitura deve estimular os historiadores e outros analistas no aprofundamento de temas, na busca de mais fontes primárias, de novos modelos interpretativos e de novas agendas de pesquisa monográfica sobre a cultura de esquerda como um todo e a pecebista em particular.



*Resenha recebida e aprovada em dezembro de 2010.*